

QUARTA-FEIRA – 15/05/2019**SALA LARANJEIRA**

Horário	TRABALHO
8h20	COSTUME COMO FONTE DE DIREITO ADMINISTRATIVO: APONTAMENTOS SOBRE O ART. 24, PARÁGRAFO ÚNICO DA NOVA LINDB
8h45	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS PRATICADOS PELO TERCEIRO SETOR
9h10	AS LICITAÇÕES ENQUANTO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO DECRETO N. 9.450/2018
9h35	ARBITRAGEM E DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS E BENEFÍCIOS DAS CLÁUSULAS ARBITRAIS NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DOS AEROPORTOS BRASILEIROS
10h00	OS LIMITES JURÍDICO-POLÍTICOS DO MANDADO DE INJUNÇÃO SOB A ÓTICA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES
10h25	O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA
10h50	A EFICÁCIA DO DECRETO LEGISLATIVO NO CONTROLE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS NO ANO DE 2018
11h15	A IMPORTÂNCIA DE UM ESTADO TRANSPARENTE: O DECRETO N.º 9.690/2019 E O DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA
11h40	O CONTEÚDO CONCRETO DO DIREITO À MORADIA
13h30	AÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL
13h55	DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS INDÍGENAS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: O CASO RAPOSA SERRA DO SOL
14h20	DIREITO À MORADIA VERSUS DIREITO À PROPRIEDADE DO ESTADO: O CASO DA SERRINHA
14h45	“DITADURA DO ALGORITMO” NOS MECANISMOS DE BUSCA DO GOOGLE? A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E O COMBATE ÀS NOTÍCIAS FALSAS NO AMBIENTE DIGITAL
15h10	O NOVO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL E A APROXIMAÇÃO AO SISTEMA DA COMMON LAW
15h35	PRECEDENTES JUDICIAIS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: PROCESSO E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL SOB O ESCOPO DA TUTELA DE DIREITOS.
16h00	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E SUA APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES.
16h25	O ÔNUS DO TEMPO NOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE TUTELAM O DIREITO À SAÚDE
16h50	O NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DEFICIÊNCIA E A TEORIA DA MODERNIDADE LÍQUIDA DE ZYGMUNT BAUMAN
17h15	FALSAS MEMÓRIAS: ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OBTIDOS POR MEIO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
17h40	A FUNÇÃO SOCIAL DO ADVOGADO NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E NA BUSCA DE FORMAS ADEQUADAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

SALA PITANGUEIRA	
Horário	TRABALHO
8h20	OS DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS NO BRASIL VINTE E DOIS ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS
8h45	TERRORISMO E ALTERIDADE: DO PROCESSO DE CONHECIMENTO OCIDENTAL À VITIMIZAÇÃO
9h10	O CASO DAMIÃO XIMENES LOPES X BRASIL: ANALISANDO A EFICÁCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E SUA POSTURA FRENTE A GRANDE POTÊNCIAS INTERNACIONAIS
9h35	OS DIREITOS ASSEGURADOS AOS REFUGIADOS E MIGRANTES AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM EM MEIO ÀS DESIGUALDADES
10h00	A PERSEGUIÇÃO DE MYANMAR AO POVO APÁTRIDA ROHINGYA
10h25	ENTRE A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E O CRIME DE AGRESSÃO: A “ZONA CINZENTA” PARA A CARACTERIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES MILITARES UNILATERAIS COMO CRIME PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL
10h50	MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS? UMA CRÍTICA DESCOLONIAL DA FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS.
11h15	UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DOS ESTADOS LUSO-AFRICANOS SOB A PERSPECTIVA DAHLIANA
11h40	UNITING FOR PEACE: O USO LEGÍTIMO DA FORÇA EM INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NO PLANO INTERNACIONAL
13h30	A TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO INSTRUMENTO PARA DIGNIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
13h55	VIGILÂNCIA QUE VEM DE CIMA: PERSPECTIVAS DE UMA REGULAMENTAÇÃO PARA UM USO DEMOCRÁTICO DE DRONES
14h20	O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL
14h45	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO PARA PREVENIR DESASTRES AMBIENTAIS HUMANOS
15h10	O INFANTICÍDIO ENTRE ÍNDIOS BRASILEIROS: APROXIMAÇÕES AO EMBATE ENTRE RELATIVISTAS CULTURAIS E UNIVERSALISTAS
15h35	DIÁLOGO DO DIREITO NA TEORIA DA MODERNIDADE DE DURKHEIM E NA ABORDAGEM DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA
16h00	A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A PERSPECTIVA TEMPORAL DA MODERNIDADE LIQUIDA E SEU IMPACTO NA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO (1988-2018)
16h25	“UMA PEÇA A MAIS” NA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI: INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS EM CENA
16h50	A NOVA CURATELA, SOB A ÓTICA DA INCAPACIDADE CIVIL RELATIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, A PARTIR DA ALTERAÇÃO DA LEI 13.146/15, DENOMINADA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA), UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
17h15	O COMBATE AO RACISMO SOFRIDO POR ÁRBITROS DE FUTEBOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SALA MOSIMANN-HORN	
Horário	TRABALHO
8h20	A TEORIA DO NEXO CAUSAL ATENUADO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO
8h45	A DESCARACTERIZAÇÃO DA INIMPUTABILIDADE PENAL DOS SILVÍCOLAS FACE AO SEU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO
9h10	PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NA EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE SOBRE O ENTENDIMENTO DO STJ
9h35	O ECO DO DIREITO PENAL DE AUSCHWITZ EM BARBACENA: A HISTÓRIA ALEMÃ DE 1945 REFLETIDA NO BRASIL DE 1960
10h00	O PROJETO POLÍTICO DO RETROCESSO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL
10h25	O DIREITO POR OUTRAS VOZES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECROPOLÍTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DO RAP
10h50	TRÁFICO DE PESSOAS: COMO PREVENIR O DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES?
13h55	O POSICIONAMENTO DO STF SOBRE A INVERSÃO DA OITIVA PREVISTA NO ARTIGO 212 DO CPP, ALINHA-SE AO SISTEMA ACUSATÓRIO E AO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO?
14h20	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO: CONSTRUÇÕES DOUTRINÁRIAS E OS DESDOBRAMENTOS EM SUA NATUREZA JURÍDICA
14h45	LINCHAMENTOS: ENTRE O MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA E AS ESTRUTURAS PROFUNDAS
15h10	A IMPORTAÇÃO DOS DISCURSOS CRIMINOLÓGICOS DAS REGIÕES DE PODER HEGEMÔNICO E A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA LATINOAMERICANA
15h35	A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO BRASILEIRO E OS INSTITUTOS DE COMBATE AOS CRIMES DE TRÂNSITO NO ESTADO DA FLÓRIDA
16h00	A PRESUNÇÃO DE MÁ-FÉ NA FRAUDE CONTRA CREDORES
16h25	LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DAS CLÁUSULAS ABERTAS E DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO ABUSO DE DIREITO NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA OPERABILIDADE
16h50	GÊMEOS, MÓRBIDA SEMELHANÇA
17h15	O DIREITO À INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA EM TENSÃO COM OS DIREITOS À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E AO ESQUECIMENTO: DESAFIOS QUANTO AOS VEÍCULOS DE NOTÍCIAS ON-LINE
17h40	O EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR E A MULTIPARENTALIDADE: DESAFIOS AO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

QUINTA-FEIRA – 16/05/2019**SALA LARANJEIRA**

Horário	TRABALHO
8h45	A TUTELA PENAL DOS DIREITOS HUMANOS NO CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NO BRASIL
9h10	LICITUDE DO USO DE DADOS COLETADOS AUTONOMAMENTE POR DISPOSITIVOS DE INTERNET DAS COISAS, SEM O CONSENTIMENTO DO USUÁRIO, NO PROCESSO PENAL
9h35	A DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS E O QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO: (I)LEGITIMIDADE DO RECURSO MINISTERIAL
10h00	ANÁLISE ECONÔMICA DA TRANSAÇÃO PENAL: O PREÇO DE UM PROCESSO PENAL “EFICIENTE”
10h25	O WHISTLEBLOWING COMO FERRAMENTA EFICAZ DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DO PACOTE ANTICRIME
10h50	CRIMINAL COMPLIANCE: MEIO PARA A PREVENÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO
11h15	RITUAIS RELIGIOSOS DE IMOLAÇÃO DE ANIMAIS E A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA VIDA ANIMAL: O CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS EXISTENTES
11h40	SOCIEDADE MODERNA: A DIFICULDADE EM EFETIVAR O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO DE CONSUMO EXACERBADO
13h30	CARÊNCIAS NA INFRAESTRUTURA PRISIONAL PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS MULHERES PRESAS
13h55	A LEI MARIA DA PENHA NO ÂMBITO POLICIAL – O ATENDIMENTO DA AUTORIDADE POLICIAL DIANTE DAS SITUAÇÕES PREVISTAS NA LEI 11.340-2006.
14h20	HABEAS CORPUS 143.641 E OS PERCALÇOS RUMO À HUMANIZAÇÃO DA MATERNIDADE ENCARCERADA
14h45	OS LIMITES DA INTERVENÇÃO PENAL, NA LIBERDADE INDIVIDUAL, PARA O IMPEDIMENTO DE CONDUTAS AUTOLESIVAS, NO CONTEXTO (INTER)NACIONAL DA POLÍTICA DE DROGAS
15h10	FINS DECLARADOS DA PENA NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A REALIDADE DO EGRESSO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO
15h35	CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA SOB A ÓTICA MINIMALISTA
16h00	REFORMA TRABALHISTA: ORIGEM E MOTIVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA
16h25	A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A APLICAÇÃO DE SUAS CONVENÇÕES NA PRÁTICA TRABALHISTA BRASILEIRA
16h50	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO EM REGIME DE TELETRABALHO
17h15	A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 468 DA CLT PELA REFORMA TRABALHISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
17h40	PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO: OS MEIOS PARA A A CONSTRUÇÃO DE UMA REGULAMENTAÇÃO TRABALHISTA EFETIVA

SALA PITANGUEIRA	
Horário	TRABALHO
8h20	“PACOTE DO VENENO” X AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO: QUEM GANHA?
8h45	TRAGÉDIA ANUNCIADA: (I) RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DA MINERADORA YAMANA GOLD NO MUNICÍPIO DE JACOBINA BAHIA
9h10	OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS. ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DO MORRO DA CAIXA, FLORIANÓPOLIS-SC
9h35	AS POLÍTICAS DE MINERAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO EXECUTIVO E JUDICIÁRIO QUANTO A POLÍTICA DE ALBUQUERQUE E OS ATORES SOCIAIS DO CASO DA HYDRO-ALUNORTE NO PARÁ”
10h00	A COLABORAÇÃO DAS PRÁTICAS LABORAIS DO MOVIMENTO SOCIAL ECOFEMINISTA PARA A EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
10h25	REFÚGIO LGBTI: UM PANORAMA SOBRE A POLÍTICA DE INSERÇÃO BRASILEIRA
10h50	OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS DA INSERÇÃO ECONÔMICA DO MIGRANTE HAITIANO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
11h15	TERRITORIALIDADE, AUTODETERMINAÇÃO IDENTITÁRIA QUILOMBOLA E A LUTA PELO ACESSO A DIREITOS POPULARMENTE CONSTITUÍDOS EM PENDÊNCIA PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF.
11h40	A NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA CONCEDIDAS A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DIANTE DO ADVENTO DA LEI Nº 13.641, DE 3 DE ABRIL DE 2018
13h30	A PÁGINA SEGUINTE AO CORONELISMO: A RELEVÂNCIA DO TRABALHO PRESTADO PELAS MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO DA CIDADE DE GOIÁS (GO)
13h55	LEI MARIA DA PENHA: O SOFRIMENTO SILENCIOSO DA AGRESSÃO PSICOLÓGICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO AGRESSOR, AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
14h20	O CABELO AFRO COMO UM DIREITO HUMANO: UMA ANÁLISE DA DECISÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE NOVA IORQUE
14h45	A ALTERAÇÃO DE GÊNERO NOS OFÍCIOS DE CIDADANIA, CONFORME PROVIMENTO Nº 73 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
15h10	TIPOS E CAUSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SEGUNDO A LITERATURA CIENTÍFICA
15h35	ENTRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A VIOLÊNCIA DE ESTADO: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA VÍTIMAS DE TENTATIVA DE FEMINICÍDIO E A AUSÊNCIA DE UMA REDE SOCIOASSISTENCIAL
16h00	“UMA PEÇA A MAIS” NA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI: INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS EM CENA
16h25	CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA: PUNIR É RESOLVER?
16h50	UM DIAGNÓSTICO DO CRIME DE FEMINICÍDIO NA CIDADE DE MOSSORÓ
17h15	O DIREITO É UM HOMEM, BRANCO E EUROPEU: UMA ANÁLISE DO ENSINO JURÍDICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA SOB O VIÉS DE UMA TEORIA EPISTEMOLÓGICA FEMINISTA DECOLONIAL

17h40	OS ENTRAVES À ADOÇÃO HOMOAFETIVA SOB O OLHAR DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
SALA MOSIMANN-HORN	
Horário	TRABALHO
8h20	O CONSENTIMENTO DO OFENDIDO COMO HIPÓTESE DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE NA PRÁTICA DA EUTANÁSIA
8h45	TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL
9h10	A FIANÇA COMO MEDIDA CAUTELAR DE CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA
9h35	CRIMES TRANSNACIONAIS: ANÁLISE JURÍDICA E CRIMINOLÓGICA DO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL
10h00	DIREITO SUCESSÓRIO DO FILHO CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM
10h25	O DIREITO AO RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE DOS CONCEBIDOS POR MEIO DA REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE
10h50	O IMPASSE DA CONCESSÃO/DEFERIMENTO DA PATENTE PI0410846-9
11h15	O INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE E SUA APLICAÇÃO NO COTIDIANO EM CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS
11h40	O “DIREITO DE LAJE” COMO NOVA MANIFESTAÇÃO DOS DIREITOS REAIS E AS IMPLICAÇÕES QUANTO À FUNÇÃO SOCIAL DAS CIDADES
13h30	A IMORALIDADE DO MERCADO
13h55	A QUESTÃO DO PLURALISMO E O PAPEL DO CONFLITO NO PENSAMENTO DE PETER HABERLE E CHANTAL MOUFFE
14h20	A INFLUÊNCIA DAS REIVINDICAÇÕES POPULARES NAS TRANSFORMAÇÕES DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO
14h45	OS LIMITES DA TEORIA FORMALISTA DAS FONTES DO DIREITO
15h10	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA GERAL DO SISTEMA E ATOR-REDE
15h35	DO ILUMINISMO JURÍDICO DE MONTESQUIEU AO POSITIVISMO NORMATIVO DE HANS KELSEN: UMA LEITURA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES SOB A ÓTICA DA TEORIA PURA DO DIREITO
16h00	DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CENÁRIO JURÍDICO DO BRASIL: A PRESENÇA DAS MULHERES DESDE AS CARREIRAS “BASES” ATÉ OS ÓRGÃOS DE CÚPULA, EM ESPECIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
16h25	A REINCIDÊNCIA COMO CRITÉRIO DETERMINANTE DE IMPUTAÇÃO E CONDENAÇÃO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA
16h50	DELAÇÃO PREMIADA FRENTE AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
17h15	A RESPONSABILIDADE PENAL DO INDIVÍDUO NOS CRIMES ECONÔMICO-EMPRESARIAIS: CAMINHOS PARA UMA ATIVIDADE EMPRESARIAL SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

17h40	EMPREGO DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO DE DROGAS: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA LEI DE DROGAS
LED LAB 1	
Horário	TRABALHO
8h20	A RESPONSABILIDADE CIVIL E O ABANDONO AFETIVO PELA PARENTALIDADE
8h45	O DIREITO À PRIVACIDADE SOB OS ABUSOS NO USO DE DADOS: APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, LEI 13.709/18
9h10	O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO DECRESCIMENTO
9h35	IMPLICAÇÕES DO CADASTRO POSITIVO AUTOMÁTICO NA PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO À PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR
10h00	TEORIA DO MERO ABORRECIMENTO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL: ANÁLISE DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL RECENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
10h25	CRIMINALIDADE E SUAS DETERMINANTES: UMA APRECIACÃO A PARTIR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO CRIME
10h50	ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: RECONNECTANDO O CONSUMO À PRODUÇÃO
11h15	A TEORIA DO VALOR EXPLICA A PRIVATIZAÇÃO DO USO DAS PRAÇAS E PARQUES URBANOS EM PORTO ALEGRE
11h40	VEÍCULOS AUTÔNOMOS E A PROBLEMATIZAÇÃO DA VALORAÇÃO DA VIDA
13h55	DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE CÓLERA: “A HUMANIDADE EM XEQUE NO SÉCULO XXI”
14h20	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO PARA PREVENIR DESASTRES AMBIENTAIS HUMANOS
14h45	A FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A TUTELA DO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO SOB A ÓTICA DA AFETIVIDADE ASSOCIADA À POSSIBILIDADE DE DESCOISIFICAÇÃO DA ANIMALIDADE
15h10	DIREITO DA NATUREZA COMO DIREITO À CIDADE: UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA SOBRE A ÉTICA DA VIDA
15h35	A NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CASO DA BACIA DO RIO DOCE
16h00	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES: NOVO PARADIGMA DE ACESSO À JUSTIÇA
16h25	A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NAS EXECUÇÕES PECUNIÁRIAS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS LIMITES E REQUISITOS QUE VÊM SENDO ESTABELECIDOS PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015
16h50	(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO PERCEBIMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NA ADVOCACIA PÚBLICA
17h15	OS HONORÁRIOS E A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NO NOVO CPC: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSC FRENTE À INTERPRETAÇÃO DO TEXTO LEGAL
17h40	NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL À LUZ DO JULGAMENTO DO TEMA 988 DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS

LED LAB 2	
Horário	TRABALHO
8h20	ADOLESCENTES INFRATORES E A JUSTIÇA RESTAURATIVA JUVENIL: UMA NOVA SOLUÇÃO DE CONFLITO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
8h45	DA EXCEPCIONALIDADE E BREVIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
9h10	COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA COMO GARANTIA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
9h35	ADOÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E PERCALÇOS DA SUA CONCRETIZAÇÃO
10h00	DEMOCRACIA DIGITAL E DIREITOS HUMANOS: O ACESSO A INTERNET COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA NA ÁFRICA AUSTRAL “ANGOLA”
10h25	O DIREITO A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA PARA AS CRIANÇAS NA ATUAL SOCIEDADE
10h50	PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR MESMO QUANDO HÁ FRIVOLIDADE PARENTAL
11h15	NIÑO SUR E A BUSCA PELA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MERCOSUL
11h40	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DAS REDES SOCIAIS - EFEITOS SOBRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE
13h30	OS 17 ODS COMO NOVO AMBIENTE PARA REVERSÃO DA QUESTÃO DOS LIMITES PLANETÁRIOS
13h55	O PRINCÍPIO PRO HOMINE DOS DIREITOS HUMANOS: OS HIPERVULNERÁVEIS COMO SUJEITO DE DIREITOS
14h20	A TITULARIDADE DE DIREITOS E A DIGNIDADE DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E BOLÍVIA
14h45	SOCIEDADE MODERNA: A DIFICULDADE EM EFETIVAR O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO DE CONSUMO EXACERBADO
15h10	O ESTADO DE BEM VIVER E O PARADIGMA BIOCÊNTRICO: A IMPORTÂNCIA DA VALORAÇÃO INTRÍNSECA À NATUREZA PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL
15h35	UMA POSSÍVEL MEDIDA PARA A QUESTÃO DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DECORRENTE DA DIMINUIÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PELA AUTOMAÇÃO E DO CONSEQUENTE CRESCIMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL
16h00	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO SACRIFÍCIO DE ANIMAIS EM CULTOS RELIGIOSOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE FACILITADA PELO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO 494.601
16h25	A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DE PESQUISAS EXPERIMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO
16h50	REPARAÇÃO AMBIENTAL: A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE CONDENAÇÕES PECUNIÁRIAS COMO FORMA DE RESSARCIMENTO DE UM DANO AMBIENTAL
17h15	PUBLICIDADE INFANTIL E SEUS MEIOS DE PROPAGAÇÃO: UM ANÁLISE DOS LIMITES LEGAIS ACERCA DA PROPAGANDA E O DIREITO BRASILEIRO

LED LAB 3	
Horário	TRABALHO
8h20	A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DESDE A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS ADOTADA A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016
8h45	A REVISÃO PELOS PARES DE 2010 E SUA INFLUÊNCIA NOS MECANISMOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA SOB A ÓTICA DE COERÊNCIA E CONVERGÊNCIA REGULATÓRIA
9h10	NATUREZA JURÍDICA DE STOS E SUA RELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E VINDOURA
9h35	A TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS DE SOFTWARE NA NUVEM (CLOUD COMPUTING)
10h00	INTEGRAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
10h25	O USO DA BANDEIRA DE CONVENIÊNCIA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: LACUNAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL E SEUS REFLEXOS NOS CASOS DE VIOLAÇÃO ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARÍTIMA
10h50	O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SUAS MEDIDAS DE URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DA MEDIDA CAUTELAR 8/13
11h15	PROLEGÔMENOS DO MULTILATERALISMO: HISTÓRIA E FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
11h40	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DAS DEMANDAS DE REPARAÇÃO POR COLONIALISMO E ESCRAVIDÃO FRENTE AO DIREITO INTERNACIONAL

SEXTA-FEIRA – 17/05/2019	
SALA LARANJEIRA	
Horário	TRABALHO
8h20	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 45/2019: SOLUÇÃO OU POTENCIAL NOVO PROBLEMA TRIBUTÁRIO?
8h45	A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?
9h10	A VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM CONJUNTO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NO ÂMBITO MUNICIPAL COM O PROPÓSITO DE FOMENTAR EMPRESAS DO SETOR 2.5 VOLTADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
9h35	A INEXISTÊNCIA DE UM COSTUME INTERNACIONAL PROIBINDO O USO IRRESTRITO DE ARMAS NUCLEARES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA
10h00	INTIMIDADE E PRIVACIDADE: ENTRE O STJ E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
10h25	O LIBERALISMO JURÍDICO-ECONÔMICO DE FRANCISCO DE VITÓRIA A PARTIR DA LEITURA DE KOSKENNIEMI

10h50	A FRATERNIDADE COMO POSSIBILIDADE PARA A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO REINO UNIDO NA PRESTAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA NA CRISE DO IÊMEN
11h15	REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS: A (IN)EFICIÊNCIA DA CONVENÇÃO DE DUBLIN FRENTE À CRISE MIGRATÓRIA DA SÍRIA
11h40	A APLICABILIDADE DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NOS CASOS DE USO INDEVIDO DE IMAGEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
13h30	DIREITO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DECOLONIAL
13h55	A INCONSTITUCIONALIDADE NA VEDAÇÃO À ESCOLHA DE REGIME DE BENS PARA PESSOAS ACIMA DE 70 ANOS DE IDADE
14h20	IMPLICAÇÕES DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PRESUMIDA NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO
14h45	DA POSSIBILIDADE DO DIVÓRCIO POST MORTEM COM EFEITOS RETROATIVOS
15h10	A PROTEÇÃO DA BALEIA FRANCA E A PORTARIA N°1123 DO ICMBIO.
15h35	PERSPECTIVAS DE CONTROLE SOCIAL E NORMATIVO DA POLUIÇÃO PLÁSTICA NA COSTA BRASILEIRA
16h00	ADOÇÃO INTERNACIONAL: ALTERNATIVA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DELONGADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E À EFETIVAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR
16h25	A MAIORIDADE E O DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL – A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO COM OS ADOLESCENTES QUE COMPLETAM A MAIORIDADE E NÃO FORAM ADOTADOS
16h50	A INTERNATIONAL CLEARING UNION KEYNESIANA COMO PROPOSTA HISTÓRICA, PODERIA TER EVITADO A CRISE DO ESTADO MODERNO FRENTE À AUTONOMIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO?
17h15	O EUROPEAN ARREST WARRANT FRENTE AO PRINCÍPIO DA NÃO EXTRADIÇÃO DE NACIONAIS E O PRINCÍPIO DO DUPLO RISCO DE CONDENAÇÃO, ATRAVÉS DA ANÁLISE DO CASO ANDREW SYMEOU
17h40	A NORMATIVIDADE INTERNACIONAL E O JORNALISMO POLÍTICO - OS DILEMAS DOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA AO REDOR DO MUNDO
SALA PITANGUEIRA	
Horário	TRABALHO
8h20	MOTIVAÇÕES DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS QUE RESULTAM NA EXCLUSÃO DO CANDIDATO NA FASE DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL: COMO OS TRIBUNAIS SUPERIORES ÀS ANALISAM? – ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
8h45	AÇÃO POPULAR COMO MEIO DE CONTROLE DEMOCRÁTICO
9h10	GESTÃO ASSOCIADA: ALTERNATIVA PARA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES INSTITUCIONAIS JURÍDICAS E LEGAIS DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - PLAMUS
9h35	O PARLAMENTARISMO MUNICIPAL AMERICANO – O SISTEMA COUNCIL-MANAGER
10h00	LIVING CONSTITUTION: OS LIMITES DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

10h25	PODER JUDICIÁRIO E DEMOCRACIA: PRIORIZANDO O MOMENTO DE CRIAÇÃO DO DIREITO
10h50	UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS ADOTADAS PELO ESTADO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA CRISE INSTITUCIONAL À LUZ DO ESTADO DE EXCEÇÃO
11h15	ENTRE A GARANTIA E O ABUSO: O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA PROTEÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
11h40	A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DA EMENTA DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS
13h30	A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
13h55	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ESTABELECIDO EXCLUSIVAMENTE PELAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS
14h20	DIREITO COMPARADO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO MÉTODO DE IMPORTAÇÃO DE PRECEDENTES ESTRANGEIROS PELO STF.
14h45	OS ELEMENTOS DO PRECEITO FUNDAMENTAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: UMA ANÁLISE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
15h10	RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DAS POLIAFETIVAS COMO ENTIDADES FAMILIARES: UM ESTUDO PRÁTICO DA TEORIA GERAL DO ESTADO
15h35	PRINCÍPIO DA SOBERANIA NACIONAL SOB À LUZ DO FENÔMENO DA SUPRANACIONALIZAÇÃO: DIALÓGOS JURISPRUDENCIAIS EM FACE DO CASO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.
16h00	A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A EXPLORAÇÃO PRECOCE DO TRABALHO COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
16h25	A CONSTITUCIONALIDADE SELETIVA APLICADA EM DECISÕES QUE INDEFERIRAM A PRISÃO DOMICILIAR À MULHERES QUE OSTENTAM A CONDIÇÃO DE GESTANTES, DE PUÉRPERAS OU DE MÃES DE CRIANÇA DE ATÉ 12 ANOS
16h50	A (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
17h15	HOLDING FAMILIAR: UMA ALTERNATIVA PROGRAMADA DE SUCESSÃO
17h40	ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
SALA MOSIMANN-HORN	
Horário	TRABALHO
8h20	O CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 2º, II, DA LEI Nº 8.137 DE 1990 E OS PRINCÍPIOS BASILARES DO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE
8h45	A POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL E SUA (IN)EFETIVIDADE: ANÁLISE SÓCIO JURÍDICA DA APLICAÇÃO DA LEI 11.343
9h10	O PACOTE ANTICRIME E A POLÍTICA CRIMINAL GENOCIDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FINALIDADES OBJETIVADAS NA ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 25, 33 E 59 DO CÓDIGO PENAL
9h35	FUNCIONALISMO PENAL: DAS CRISES METODOLÓGICAS AOS DÉFICITS DEMOCRÁTICOS
10h00	RISCO PROCESSUAL É COMPATÍVEL COM COLABORAÇÃO PROCESSUAL? OS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DO ACORDO DE DELAÇÃO PREMIADA

10h25	A VAGUEZA DO CONCEITO DE ORDEM PÚBLICA E SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE
10h50	OS MEIOS DE EXECUÇÃO UTILIZADOS NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO – UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
11h15	SITUAÇÃO CARCERÁRIA E JURÍDICA DE MULHERES PRESAS, EM PRISÃO PROVISÓRIA, NO PRESÍDIO FEMININO DE TUBARÃO/SC E O ATENDIMENTO ÀS REGRAS PARA O TRATAMENTO DO PRESO, FIXADAS POR COMANDOS NORMATIVOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS
11h40	ACIMA E ABAIXO DA LUA: O CONCEITO CICERONIANO DE RES PUBLICA
13h30	UMA FACE DA MISOGINIA: FEMINICÍDIO
13h55	A VIOLAÇÃO SISTEMÁTICA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS TRANS PELO APARATO JURÍDICO ESTATAL
14h20	DIREITOS SUPRIMIDOS: A BRANQUITUDE GENOCIDA
14h45	FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO E DA MISOGINIA A PARTIR DAS ESCOLAS
15h10	FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO SUL
15h35	DESTITUIÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS PELA NEGAÇÃO DE SUA IDENTIDADE NOS MEIOS URBANOS: UMA QUESTÃO DE INVISIBILIZAÇÃO SOCIAL
16h00	O “SUCESSO” DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO: A ATUAÇÃO ESTATAL NA PERPETUAÇÃO DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DAS ELITES EM DETRIMENTO DA GARANTIA DO DIREITO À VIDA NAS FAVELAS
16h25	ECOFEMINISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA METÁFORA DA “CAÇA ÀS BRUXAS” E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO DA NATUREZA

LED LAB 1	
Horário	TRABALHO
8h20	EXCLUSÃO JUDICIAL DE SÓCIO MAJORITÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA POR INICIATIVA DOS SÓCIOS MINORITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RESP NO 1.653.421/MG
8h45	A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS ORIUNDOS DE FIANÇA OU AVAL EM FACE DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
9h10	DOS DESDOBRAMENTOS DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO JURISPRUDENCIAL
9h35	O COMPLIANCE NO SISTEMA DE FRANCHISING
10h00	POSSIBILIDADE DE PENHORA DE QUOTAS EM SOCIEDADES EMPRESÁRIAS DE PESSOAS SOBRE A LUZ DO NOVO CPC
10h25	ANÁLISE DA VALIDADE DA CLÁUSULA DE VENCIMENTO ANTECIPADO EM DECORRÊNCIA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
10h50	COMPLIANCE: DESAFIOS E BENEFÍCIOS DA IMPLEMENTAÇÃO EM PEQUENAS EMPRESAS

11h15	O MÉTODO “PROBLEM-SOLVING” DE NEGOCIAÇÃO E SUA INCOMPATIBILIDADE COM AS NORMAS ÉTICO-PROFISSIONAIS QUE REGEM A ADVOCACIA BRASILEIRA
11h40	O INSTITUTO DA QUEBRA EFICIENTE: UMA ANÁLISE SOBRE SUA (IN)ADMISSIBILIDADE NO DIREITO BRASILEIRO EM RAZÃO DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E DA CONFIANÇA
13h30	DO DANO EXTRAPATRIMONIAL TABELADO PELA REFORMA TRABALHISTA FRENTE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
13h55	A CONSTITUCIONALIDADE DO TRABALHO INTERMITENTE E A FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL
14h20	A INCONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA – LEI 13.467/2017: À LUZ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
14h45	DIREITO À IGUALDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO FRENTE AO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE FÁTICA
15h10	O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO DIGNO E A INÉRCIA DOS PODERES PÚBLICOS: UMA ANÁLISE À CONDIÇÃO DE (IN)DIGNIDADE DO TRABALHO DO IMIGRANTE

LED LAB 2	
Horário	TRABALHO
8h20	MUTAÇÃO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS E INTERPRETAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONSTITUIÇÕES DE 1937 E 1988 A PARTIR DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS
8h45	AS (I)LIMITAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO SOB O PRISMA DOS DIREITOS E GARANTIAS
9h10	DOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO A DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA EM PROCESSO
9h35	A EVOLUÇÃO DAS LICITAÇÕES NO BRASIL: DO VIÉS INSTRUMENTAL DE CONTRATAÇÃO AO CARÁTER DE POLÍTICAS PÚBLICAS
10h00	GESTÃO PÚBLICA E ANALFABETISMO – ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
10h25	GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
10h50	FINANCIAMENTO E TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FEDERAIS PARA AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: PREJUÍZOS, MELHORIAS E PERSPECTIVAS FRENTE À PORTARIA 3.992/2017
11h15	LÍNGUA E DIREITO: A GARANTIA AO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO JUDICIÁRIO
11h40	A TRADUÇÃO COMO DIREITO LINGUÍSTICO DE GRUPOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS
13h30	O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE E A EXTENSÃO À PENSÃO POR MORTE E AS DEMAIS APOSENTADORIAS AO ACRÉSCIMO DE 25% CONCEDIDO NAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ AO SEGURADO QUE NECESSITA DE ASSISTÊNCIA PERMANENTE
13h55	REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA E BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: NECESSIDADE DE DISTINGUISHING
14h20	A CRIMINALIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO TOCANTE AO PROJETO DE LEI Nº 4.742/2001

14h45	CONTRATO DO EMPREGADO MARÍTIMO E O CONFLITO DE COMPETÊNCIA TRABALHISTA NO ESPAÇO
15h10	ANÁLISE DO TRATAMENTO DA ATIVIDADE RURAL EXERCIDA EM CARÁTER LONGÍNQUO PARA EFEITO DE CARÊNCIA NOS REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA POR IDADE DO RGPS DADO PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO – UMA INTERPRETAÇÃO SOB A ÓTICA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
15h35	ECONOMIA SOB DEMANDA NO CIBERESPAÇO: O IMPACTO CAUSADO AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DESSES NOVOS MODELOS DE TRABALHO NO SÉCULO XXI
16h00	REPARAÇÃO DE DANOS SEGUNDO A LEI Nº 13.467/2017 E O CASO VALE S/A (BRUMADINHO/MG)
16h25	O RECONHECIMENTO DA UNIÃO SIMULTÂNEA DE LONGA DURAÇÃO E SEUS EFEITOS NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO

LED LAB 3	
Horário	TRABALHO
8h20	DIREITO E CINEMA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL
8h45	O PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRÁTICA DA DEMOCRACIA NO BRASIL
9h10	A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS
9h35	O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
10h00	DIREITO SISTÊMICO ORGANIZACIONAL: UMA NOVA PERSPECTIVA NO ÂMBITO JURÍDICO EMPRESARIAL
10h25	ARBITRAGEM NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL E O ATUAL POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
10h50	A EVOLUÇÃO DA ARBITRAGEM NA RESOLUÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS
11h15	ACESSO À JUSTIÇA E MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO: UM CAMINHO A SER SEGUIDO.
13h30	O TRATAMENTO AO INIMPUTÁVEL E A JURIDICIZAÇÃO DA PERICULOSIDADE COM A REFORMA PENAL DE 1940
13h55	A INFLUÊNCIA DA TEORIA PREDITIVA DO DIREITO DE HOLMES JR. EM APLICAÇÕES DE PREVISIBILIDADE DE DECISÕES JUDICIAIS
14h20	O POSITIVISMO CONCEITUAL 1 EM Kelsen E HART: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS
14h45	“O CONTO DA AIA” E UMA DISTOPIA POSSÍVEL: O BACKLASH SOCIAL E O FIM DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS NUMA SOCIEDADE EM CRISE
15h10	OS PEDIDOS DE PERDÃO NOS PACTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DA ERA VARGAS: O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GRAÇA POR GOVERNADORES DE ESTADO E PRESIDENTES DA REPÚBLICA (1926-1946)
15h35	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DAS DEMANDAS DE REPARAÇÃO POR COLONIALISMO E ESCRAVIDÃO FRENTE AO DIREITO INTERNACIONAL

16h00	IMPLICAÇÕES ÉTICAS DO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL DA MEDIDA PROTETIVA DE AFASTAMENTO DO LAR, PELO OFICIAL DE JUSTIÇA, NA COMARCA DE LAGES - SC, SOB A LUZ DA OBRA “A PARTE OBSCURA DE NÓS MESMOS”, DE ROUDINESCO
16h25	O VÍNCULO AFETIVO ENTRE OS(AS) AGRESSORES(AS) E AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COMARCA DE JATAÍ/GO
16h50	AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA NA CIDADE DE ORLEANS – SC
17h15	A SOCIEDADE PATRIARCAL BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)EFICÁCIA DA LEI FEDERAL Nº 13.104/2015
17h40	A TRANSGENERIDADE E O FEMINICÍDIO SOB UMA PERSPECTIVA REALEANA